



BANCORBRÁS ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS S.A.

CNPJ 00.735.886/0001-11

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2022

No atual contexto da economia brasileira e mundial, o mercado de seguros precisou se adaptar e criar novas estratégias para manter a ascensão, impulsionada principalmente pela inovação e personalização de produtos. Durante o ano, a Bancorbrás Administradora e Corretora de Seguros S.A (BCS) seguiu adotando boas práticas de governança reforçando seu compromisso com a ética e a transparência, além de continuar mantendo o foco na geração de negócios, em sinergia com as demais áreas do Conglomerado Bancorbrás.

O ano destacou-se pela implementação de diversas ações que contribuíram para o alcance das metas indicadas no planejamento estratégico, a saber: implementação de campanhas de publicidade para captação de novos leads; contatos ativos pela Central de Vendas para cross selling e up selling com os demais produtos do conglomerado; ações de marketing na base de clientes elegíveis; recomposição do time de vendas; negociação de melhores condições comerciais com as seguradoras; concretização de parcerias estratégicas; realização de treinamentos e capacitações das equipes de vendas, de relacionamento e apoio operacional; melhoria contínua

dos processos que contribuíram sobremaneira no alcance de 91 pontos na média no indicador do NPS (Net Promoter Score) que mensura o nível de satisfação do cliente.

• Volume de receita: a Empresa obteve uma performance positiva de 1% em relação a 2021 e 3,6% abaixo da meta de 2022, totalizando uma receita bruta com comissão de corretagem de R\$ 7,34 milhões. A despesa operacional cresceu 62,5% com relação a 2021 e 77,6% acima da meta de 2022, totalizando R\$ 7,11 milhões. O aumento da despesa foi devido ao movimento do Conglomerado na redistribuição das despesas da Holding para as empresas de negócios, resultando em um significativo aumento das despesas de rateio, o que demandará ações gerenciais para equalização dessas despesas em 2023.

• Carteira de clientes: foram os clientes do Clube de Turismo Bancorbrás que tiveram maior participação no total de segurados, os quais representaram 40% da receita auferida com comissão de corretagem; seguidos pelos clientes do Seguro Auto, com 36%; seguros destinados aos Colaboradores (vida, saúde, odontológico e previdência privada), com 12%; Seguro de Vida,

com 5%; Seguro Prestamista destinado aos participantes da Bancorbrás Administradora de Consórcios S.A. (BAC), com 0,44%; e outros seguros, com 7%.

• Eficiência operacional: A empresa perdeu significativamente sua eficiência operacional neste período, conforme explicado acima, saindo de 78,23% para 128,77%, distante 55,75 p.p do orçado para o ano. Relativamente ao EBITDA, a margem saiu de 7,35% em 2021 para -40,11% em 2022.

• Resultado do período: O resultado líquido em 2022 foi prejuízo de R\$ 2.459.928,69, inferior ao resultado superavitário de R\$ 500.862,29 apresentado no ano de 2022.

Brasília, DF - 31 de janeiro de 2023.

Claudio Roberto Nogueira de Souza Filho

Diretor-Presidente

Luiz Carlos Gama Pinto

Diretor-Executivo

BALANÇO PATRIMONIAL

	RS(1)	
	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO	6.661.016	9.166.818
CIRCULANTE	4.479.728	8.097.102
Caixa e equivalentes de caixa	3.881.451	7.635.914
Caixa e equivalentes de caixa	13.676	4.330
Aplicações de liquidez: imediata (nota 04)	3.867.775	7.631.584
Direitos Realizáveis	598.277	461.188
Contas a receber	243.962	255.224
Adiantamentos a colaboradores	50.875	43.276
Adiantamentos a fornecedores	135.552	97.759
Impostos a compensar	167.888	64.929
NÃO CIRCULANTE	2.181.288	1.069.716
Realizável a longo prazo	2.146.803	1.024.827
Títulos e valores mobiliários (nota 04)	2.146.803	1.024.827
Imobilizado (nota 05)	30.190	40.594
Intangível	4.295	4.295

(As notas explicativas da administração integram as demonstrações contábeis)

	RS(1)	
	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.661.016	9.166.818
CIRCULANTE	852.981	1.195.704
Fornecedores e prestadores de serviços	63.382	20.604
Obrigações trabalhistas (nota 06)	238.492	202.956
Impostos, taxas e contribuições a recolher (nota 07)	170.144	163.325
Participação nos lucros e resultados	380.963	333.000
Dividendos (nota 09 c)	-	275.819
NÃO CIRCULANTE	508.692	411.842
Partes relacionadas (nota 13b)	508.692	208.074
Provisões para contingências (nota 08)	-	3.768
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 09)	5.299.343	7.759.272
Capital social	4.200.000	4.200.000
Reserva de lucros	1.099.343	3.559.272

econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

NOTA 03. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre as principais diretrizes adotadas para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltam-se:

a) Apuração do resultado

(a1) Reconhecimento de receitas e custos da operação

As receitas de serviços são mensuradas de acordo com as taxas de corretagem contratadas considerando os produtos e seguradoras e são reconhecidas na competência da prestação de serviço, assim as receitas decorrentes de comissões por comercialização de seguros são reconhecidas quando da aceitação por parte da seguradora, momento em que os riscos e benefícios são transferidos a terceiros. As receitas não são reconhecidas quando houver uma incerteza significativa de sua realização.

(a2) Despesas

As despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de taxa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Ativos e passivos circulares e não circulares

A classificação dos ativos e passivos circulares e não circulares obedece aos artigos 179 e 180 da Lei nº 6.404/76. Os direitos são demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias incorridos ou deduzidos das correspondentes rendas a apropriar, quando aplicáveis. As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e as variações monetárias incorridos ou deduzidos das correspondentes despesas a apropriar, quando aplicáveis.

d) Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

Os Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são contabilizados como receitas/despesas operacionais no resultado.

A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, em conformidade com o disposto na seção 17 do PME, conforme taxas demonstradas na Nota Explicativa 05.

e) Intangível

Refere-se ao direito de uso de software e marcas e patentes. São avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada. A amortização do direito de uso de software é calculada pelo método linear e não supera o prazo de cinco anos.

f) Provisão para Contribuição Social e Imposto de Renda

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente apurados com base no lucro real anual foram calculados nos alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil por ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

g) Avaliação de ativos e passivos

A Companhia efetua anualmente a avaliação dos seus ativos e passivos circulares e não circulares para efeito de valor presente, não tendo sido identificados valores relevantes para ajustes.

h) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulares, inclusive os ativos intangíveis, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda.

Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. A Companhia realizou avaliação de impairment e não identificou valores para registro contábil.

i) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, motivo pelo qual é necessário que uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na seção 21 do PME, e consideram premissas definidas pela Administração e sua Assessoria Jurídica:

i1) Ativos contingentes: Trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações contábeis apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exígivel.

i2) Passivos contingentes: Decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações civis de natureza fiscal, trabalhista e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas pela Assessoria Jurídica, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança.

As contingências são classificadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

j) Instrumentos financeiros

Conforme determina a Resolução nº 2016/NBCTG 48 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a avaliação do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos nos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não resultou em ajustes significativos, tendo em vista que os valores contábeis se aproximam dos valores de mercado. Os instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, créditos a receber e outros recebíveis, incluindo caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas.

São três categorias de classificação para os ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de resultado e valor justo por meio de outros resultados

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	RS(1)	
	31/12/2022	31/12/2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (nota 10)	6.514.463	6.405.637
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS VENDIDOS	(1.790.432)	(1.572.292)
(=) LÚCRO BRUTO	4.724.051	4.833.345
RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(7.676.986)	(4.320.218)
Comerciais	(165.194)	(178.912)
Pessoal	(801.712)	(690.400)
Honorários da diretoria	(567.842)	(645.352)
Encargos sociais	(481.376)	(442.160)
Benefícios	(421.996)	(413.717)
Comunicação	(16.439)	(10.443)
Aluguéis	(33.743)	(43.608)
Serviços de terceiros	(316.701)	(232.136)
Gerais	(66.707)	(40.608)
Impostos, taxas e contribuições	(46.501)	(24.470)
Depreciações e amortizações	(8.892)	(17.598)
Provisões/reversões para contingências	3.766	(343)
Outras receitas operacionais	-	42.255
Outras despesas operacionais (nota 11)	(4.753.649)	(1.622.726)
RESULTADO ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	(2.952.935)	513.127
Receitas financeiras	848.857	471.942
Despesas financeiras	(3.650)	(3.100)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LÚCRO E PARTICIPAÇÕES	(2.107.728)	981.969
Contribuição social (nota 12)	-	(104.346)
Imposto de renda (nota 12)	-	(260.145)
PARTICIPAÇÕES NO LÚCRO/RESULTADOS	(352.201)	(116.616)
LÚCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(2.459.929)	500.862
QUANTIDADE DE AÇÕES	120.000	120.000
LÚCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO POR AÇÃO	(20,50)	4,17

(As notas explicativas da administração integram as demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
MÉTODO INDIRETO

	RS(1)	
	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo/ Lucro Líquido do Exercício	(2.459.929)	500.862
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
- Depreciações e amortizações	8.892	17.598
- Baixa de bens do imobilizado	1.512	1.452
- Constituição/Reversão de contingências	(3.766)	343
Lucro Ajustado	(2.453.291)	520.255
(Redução)/aumento dos ativos operacionais	(1.259.065)	(1.127.164)
Contas a receber	11.262	(5.676)
Impostos a recuperar	(102.959)	(7.556)
Outros ativos	(1.167.368)	(1.113.932)
Aumento/(redução) dos passivos operacionais	433.712	123.927
Fornecedores	42.776	1.376
Outros passivos	390.936	122.551
Fluxo líquido proveniente das atividades operacionais	(3.278.644)	(482.982)
Caixa de caixa das atividades de financiamento		
Distribuição de lucros	(475.819)	(437.267)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(475.819)	(437.267)
(REDUÇÃO) LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(3.754.463)	(920.249)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	7.635.914	8.556.163
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	3.881.451	7.635.914

(As notas explicativas da administração integram as demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE LUCROS			LUCROS ACUMULADOS	RESULTADOS ABRANGENTES	TOTAL
		RESERVA PARA RESERVA LEGAL	AUMENTO DE CAPITAL	RESERVA DE INVESTIMENTOS			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	4.200.000	492.654	3.041.575	-	-	-	7.734.229
Lucro líquido do exercício					500.862		500.862
Destinações							
Reserva legal		25.043			(25.043)		-
Dividendos a distribuir					(475.819)		(475.819)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.200.000	517.697	3.041.575	-	-	-	7.759.272
Prejuízo líquido do exercício					(2.459.929)		(2.459.929)
Destinações							
Absorção de prejuízo			(2.459.929)		2.459.929		-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.200.000	517.697	581.646	-	-	-	5.299.343

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações contábeis)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2022

NOTA 01. CONTEXTO OPERACIONAL

A BANCORBRÁS ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS S.A., Companhia integrante do conglomerado Bancorbrás, foi constituída em 03 de janeiro de 1984, com sede em Brasília (DF), tem como objetivo a administração, orientação e corretagem de Seguros de Ramos Elementares, Seguros Saúde, Seguros de Vida e Capitalização e planos previdenciários.

NOTA 02. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e o Pronunciamento Técnico de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (CPC-PME) emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas

no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos à utilização de premissas e estimativas, incluem a provisão para contingências, depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas anualmente.

Em conformidade com a Resolução n.º 1.184/2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), informamos que a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31/12/2022, foi autorizada pela Diretoria em 31/01/2023.

Base de mensuração

A mensuração das demonstrações contábeis foi preparada com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda, os quais são mensurados pelo valor justo.

Moeda funcional

Nas demonstrações contábeis os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente



BANCORBRÁS ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS S.A.

abrangentes. E para os passivos financeiros: mensurados ao custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

Não existem valores ajustados a valor presente (AVP), considerando que o prazo médio de recebimento é de até 30 (trinta) dias, não existindo outros ativos e passivos de longo prazo significativos.

k) Gestão de risco de (k1) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras na contratação de seguros e redução de valores investidos.

(k2) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia adota e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas financeiras. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

(k3) Risco de liquidez

Como a política de gerenciamento de risco e controle adotados, é mitigado o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente às vigentes no mercado, do fluxo de caixa, do vencimento dos investimentos e das obrigações.

A Companhia não realiza operações com instrumentos financeiros derivativos.

l) Tributos

Calculados às alíquotas abaixo demonstradas. Consideram para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Tributo	Alíquota
Imposto de Renda (IRPJ)	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social (CSLL)	9,0%
PIS sobre Receitas Operacionais	1,65%
Cofins sobre Receitas Operacionais	7,60%
PIS sobre Receita Financeira	0,65%
Cofins sobre Receita Financeira	4,0%
ISS	5,0%

NOTA 04. APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA

Os recursos foram aplicados em diversas instituições financeiras, com rentabilidade de 14,83% no ano de 2022.

Descrição	2022	2021
Fundos de Investimento	6.014.578	8.656.411
Total	6.014.578	8.656.411
Ativo Circulante	3.867.775	7.631.584
Ativo Não Circulante	2.146.803	1.024.827

EVENTO SUBSEQUENTE

Em 15 de fevereiro de 2023 o Banco Central decretou a liquidação extrajudicial da BRK Financeira. A Bancorbrás Corretora possui aplicação em CDB dessa instituição com saldo em 31/12/2022 de R\$ 89.252,03, que deverá ser coberto pelo Fundo Garantidor de Crédito.

NOTA 05. IMOBILIZADO

Descrição	Depreciação/ amortização % a.a	2022		2021	
		Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Imóveis em uso	3,5	354.926	343.610	11.316	11.813
Móveis, utensílios e instalações	13	109.361	93.564	15.797	24.689
Máquinas e equipamentos	11	22.650	19.889	2.761	3.546
Equipamentos de comunicação	10	10.502	10.186	316	315
Sistema processamento de dados	22	90.750	90.750	-	231
Totais		588.189	557.999	30.190	40.594

NOTA 06. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Descrição	2022	2021
Provisões de férias e encargos sociais	238.492	202.956
Total	238.492	202.956

NOTA 07. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Descrição	2022	2021
Encargos sociais e previdenciários sobre folha		
INSS	55.365	45.724
FGTS	19.945	20.243
Total	75.310	65.967
Tributos a recolher		
PIS	10.566	10.576
Cofins	49.099	49.594
ISS	1.988	975
IRRF	32.765	35.774
PIS/Cofins/CSLL Retenção	416	439
Total	94.834	97.358
Total de impostos e contribuições	170.144	163.325

NOTA 08. PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia é demandada em ações judiciais, envolvendo questões trabalhistas, civis e outros motivos. A Administração, com base em informações de sua Assessoria Jurídica, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, considerando experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com os processos em curso, classificadas como de risco provável de perda com segue:

a) Passivos Contingentes - Riscos Prováveis

Passivos Contingentes	2022	2021
Cíveis	-	3.768
Total	-	3.768
Quantidade de ações	-	01

b) Passivos Contingentes - Riscos Possíveis (Não provisionados)

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente. As ações movidas contra a Bancorbrás Corretora de Seguros S.A., no aspecto cível, resultam de pedidos de indenização com base em possíveis descumprimentos do Código de Defesa do Consumidor, e por demandas relacionadas a possíveis descumprimentos de cláusulas contratuais, referentes à manutenção de apólices de seguro. Os saldos dos passivos contingentes possíveis de perdas totalizam R\$ 254 em 31/12/2022, referente a (01) ação e R\$ 84.646 em 31/12/2021, referente a 04 (quatro) ações.

NOTA 09. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 4.200.000 (quatro milhões e duzentos mil reais) representado por 120.000 (cento e vinte mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencente integralmente a acionista Bancorbrás Empreendimentos e Participações S.A., uma vez que a Companhia é subsidiária integral.

b) Reserva legal

Foi constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76.

c) Distribuição de dividendos e formação de reservas

O lucro foi destinado conforme segue:

DESTINAÇÃO DO LUCRO E FORMAÇÃO DE RESERVA	2022	2021
Lucro líquido do exercício	-	500.862
(-) Reserva legal	-	25.043
(-) Base de cálculo para dividendos	-	475.819
(-) Distribuição de dividendos	-	475.819
(-) Lucro/prejuízo acumulado	-	-

NOTA 10. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Descrição	2022	2021
Receita bruta - receita de comissões	7.340.262	7.217.619
Cofins	(557.860)	(548.539)
PIS	(121.114)	(119.091)
ISS	(146.805)	(144.352)
Total de impostos	(825.779)	(811.982)
Receita Operacional Líquida	6.514.483	6.405.637

NOTA 11. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	2022	2021
Viagens e estadas	1.428	-
Ratelo de despesas (a)	4.733.378	1.570.422
Patrocínio	12.653	-
Doações	863	-
Plano de previdência	-	46.620
Contribuição para associação de funcionários	5.327	5.377
Perdas	-	307
Total	4.753.649	1.622.726

a) Em janeiro de 2022 teve início o processo de consolidação da BEP - Bancorbrás Empreendimentos e Participações S.A., como holding. Os colaboradores da BEP, bem como todos os contratos de serviços de terceiros foram transferidos para o CSC e ressarcidos através do ratelo de despesas. Nesse mesmo período ocorreu também a reestruturação nas empresas Bancorbrás. Entre os principais processos que impactaram no ratelo de despesas, destacamos a incorporação da empresa CRC - Bancorbrás Centro de Relacionamento Com Clientes S.A. ao CSC - Bancorbrás Centro de Serviços Compartilhados S.A. Com a incorporação, as despesas do CRC foram assumidas pelo CSC e passaram a ser rateadas para as demais empresas.

NOTA 12. DESPESAS TRIBUTÁRIAS - CSLL/IRPJ

Descrição	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda
	2022	2022	2021	2021
Prejuízo Lucro líquido antes da contribuição social	(2.459.929)	-	865.354	-
Lucro líquido após a contribuição social	-	(2.459.929)	-	761.008
(+) Adições	199.795	441.680	312.932	422.406
Contribuição social	-	-	-	104.346
Despesas com brindes e festividades	41.206	41.206	-	-
Honorário Suplementar	49.562	49.562	235.535	235.535
Participação nos lucros - Administradores	-	220.656	-	-
Provisões judiciais	-	-	14.513	14.513
Outras adições	109.027	130.256	62.884	68.012
(-) Exclusões	9.616	9.616	18.883	18.883
Reversão de provisões judiciais	3.766	3.766	14.169	14.169
Outras exclusões	5.850	5.850	4.714	4.714
(-) Base de cálculo da CSLL/IRPJ	(2.269.750)	(2.027.865)	1.159.403	1.164.531
Tributos devidos	-	-	104.346	260.145

NOTA 13. PARTES RELACIONADAS**a) Remuneração de dirigentes**

Os gastos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal da Diretoria, são apresentados como segue:

Descrição	2022	2021
Honorário da Diretoria	420.000	383.760
Honorário Suplementar da Diretoria	49.562	235.535
Anuênio	26.057	26.057
Encargos Sociais	177.149	149.833
Participação nos Lucros e Resultados	218.400	235.535
Total	891.168	795.185

b) Operações ativas e passivas da Companhia com partes relacionadas

As operações com as empresas Bancorbrás referem-se ao ressarcimento do ratelo de despesas decorrentes dos serviços administrativos e transações realizadas no contexto das atividades operacionais da Companhia, e estão assim representadas:

Saldo Patrimoniais Passivos	2022	2021
Bancorbrás Empreendimentos e Participações S.A.	7.455	10.259
Bancorbrás Centro de Serviços Compartilhados S.A.	501.237	97.815
Total dos Saldos Patrimoniais Passivos	508.692	208.074
Operações com Ráteos - Despesas		
Bancorbrás Empreendimentos e Participações S.A.	90.620	904.491
Bancorbrás Centro de Serviços Compartilhados S.A.	4.642.758	665.931

NOTA 14. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não é patrocinadora de nenhum plano de pensão e de benefícios pós-emprego aos seus colaboradores, nem de plano de opção de compra de ações.

b) Seguro saúde

A Companhia mantém seguro saúde e programas de assistência à saúde e campanhas de prevenção de doenças, visando a promoção do bem-estar de seus beneficiários, diretamente ou por meio de convênio. A Companhia não tem responsabilidade em relação ao benefício de plano de saúde pós-emprego.

Brasília - DF, 31 de dezembro de 2022

CLAUDIO ROBERTO NOGUEIRA DE SOUZA FILHO	LUIS CARLOS GAMA PINTO
Diretor-Presidente	Diretor-Executivo
EDIVANIRA VIEIRA DINIZ	
Controladora CRC 009.619/O-5 DF	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Srs. Administradores da
BANCORBRÁS ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS S.A.

Brasília - DF

Opinão
Examinamos as demonstrações contábeis da **BANCORBRÁS ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS S.A.** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da

BANCORBRÁS ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS S.A., em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Administração, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

■ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília (DF), 01 de março de 2023.

UNIÃO AUDITORES INDEPENDENTES S/S.

CRC DF 501/O-1

ANTONIO CESAR GANDARA

Contador CRC SP 166522/O-0 T-DF

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **BANCORBRÁS ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS S.A.**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, em reunião desta data, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis. Com base nos exames efetuados e nos esclarecimentos recebidos, no decorrer do exercício, dos Administradores da empresa e da respectiva Contadora, bem assim no Relatório do Auditor Independente, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Brasília (DF), 23 de março de 2023.

CONSELHO FISCAL

CELIUS GUIMARÃES MARCONDES FEITOSA
ELIMARIO ARAÚJO SANTOS
FERNANDO LUIS SENRA TABORAÍ
OROMAR DARLAN DE PINHO TAVARES

